EM TEMPO: O *PROGRESSO*, SEGUNDO HERBERT MARCUSE

Jean Pierre Chauvin[1]

Resumo
Alguns dentre os escritos de Herbert Marcuse dizem respeito ao desigual ritmo da modernização, nos países do Ocidente. Concebidas como panacéias, a indústria e a tecnologia não resolveram as desigualdades sociais, no período pós-guerras, e afetaram grandemente a concepção do homem e suas relações com os demais. No Brasil, retomar as palavras de Marcuse equivale a apresentá-lo como referência nuclear de uma série de discussões que perpassam o papel dos intelectuais e das instituições sociais, por aqui.
Palavras-chave: Herbert Marcuse; modernização; sociedade; Brasil.

IN TIME: *PROGRESS* BY HERBERT MARCUSE
Abstract
Some Herbert Marcuse's writings tell us about the different rhythm of modernization at many countries in the West. Conceived as a panaceas, industry and technology haden't solved social inaqualities, in the postwar period, and had greatly affected the conception of men and its relationships. In Brazil, to retake the Marcuse's words is equivalent to introduce them as a nuclear reference for a quarrels between the role of our intellectuals and social institutions.
Keywords: Herbert Marcuse; modernization; society; Brazil.

EN TIEMPO: EL PROGRESSO SEGUNDO HERBERT MARCUSE
Resumen
Algunos de los escritos de Herbert Marcuse hablam sobre el ritmo desigual de la modernización, en los países de Occidente. Diseñado como una panacea, la industria y la tecnología no resuelven las desigualdades sociales, en el período pós-guerras y afectado considerablemente la visión del hombre y sus relaciones con los demás. En Brasil, reanudar las palabras de Marcuse equivale a presentarlo como una referencia a una serie de discusiones nucleares que se refieren al papel de los intelectuales y las instituciones sociales, aquí.
Palavras-clabe: Herbert Marcuse; modernización; sociedad; Brasil.

[1] Prof. Dr.da ECA - Universidade de São Paulo. tupiano@usp.br

> *Nascemos e morremos racional e produtivamente. Sabemos que a destruição é o preço do progresso, como a morte é o preço da vida, que a renúncia e a labuta são os requisitos para satisfação e o prazer, que os negócios devem prosseguir e que as alternativas são utópicas. Essa ideologia pertence ao aparato social estabelecido; é um requisito para o seu funcionamento contínuo e parte de sua racionalidade.* (MARCUSE, 1973, p. 143)

Nosso país, tanto afeito aos lugares-comuns, quanto carente de leituras mais densas – haja vista o relativo alcance dos livros, mesmo dentre os *best sellers* empurrados pelas campanhas adjacentes do cinema e das demais artes de porte soberbo, em escala industrial – parece território oportuno para que se (re)apresentem os textos de Herbert Marcuse. Em tempo: ao maior público possível.

Além de ter sido um dos pensadores alemães de maior coerência, a testemunhar o beligerante e tecnocrático século XX, certamente muitas de suas reflexões a respeito das sociedades autoritárias da Europa pós-guerra dizem respeito ao Brasil de hoje – sempre a caminho de se constituir uma das maiores potências econômicas, malgrado (ou em função) (d)a perpetuidade de nossas assimetrias sociais. Em suma, a maior parte dos apontamentos do sociólogo aplica-se com justeza às sociedades marcadas pela tecnocracia, cujo discurso se pretende democrático, moderno e liberal, mas vive a justificar as diferenças de todo nível, como efeito colateral.

Portanto, cabe uma ressalva a quem negue a pertinência dos escritos marcuseanos: o fato de Herbert Marcuse ter registrado a maior parte de seus pensamentos mais relevantes entre as décadas de 1930 e 1960, não implica que se trate de textos com prazo de validade vencido, ou que os temas abordados pelo sociólogo estejam em franca disjunção face as questões candentes de nossos dias.

Essa atitude simplista e arrogante de rechaçar quem veio antes e de outro lugar - e quase sempre afirmou coisas de maior qualidade e procedência que nós mesmos -, é característica de pseudo intelectuais ciosos de um poder qualquer, que pagam pelo excessivo pragmatismo, pela visão a-histórica e profunda insegurança pessoal. Indivíduos que encarnam a questionável e abusiva autoridade a toda prova e custo alheio.

Assim, em lugar de aproveitarem reflexões as mais pertinentes para sua auto-crítica e reposicionamento constante, justificam determinadas particularidades de nossa severa realidade social, mediante o discurso ideológico e perverso com ares "acadêmicos": misto de falácia e arrogância. Ora, suas negativas sem fundamentação confirmam a incapacidade crítica e pedantismo, extensivos a uma verdadeira massa de não-leitores que, enquanto afetam uma alegria-boba

permanente, rejeitam tudo o que implique repensar o que eles mesmos reproduzem ou afirmam (mais de ouvido que graças ao seu efetivo conhecimento).

Desprovida de um lastro cultural, político e histórico mais consistente, nossa sociedade - que se proclama hospitaleira -, pré-julga, condena e manda à fogueira praticamente tudo o que vai de encontro ao caminho reto e limítrofe do cidadão padrão, que se vangloria de sua tão relativa carreira de sucesso. Algo que implica ser explorado a vida inteira para deixar a base da injusta pirâmide social, rumo ao topo: mandão do mundo corporativo.

Para "chegar lá", o indivíduo há de cumprir uma série de pré-requisitos que propiciarão sua violenta condução por entre pessoas-rivais, obedecendo a etapas rigorosas e cronometradas, caracterizadas pelos atropelos de tempo e espaço; pela supressão do pensamento e da esfera de participação dos outros. Possivelmente, um dos motivos para a sobrevalorização do trabalho, como instituição social, é que em nosso país o estudo tem mantido um caráter funcional e propedêutico: serve quase exclusivamente como degrau para a empregabilidade ou alguma distinção qualquer, perante a tribo, a família, a sociedade.

O homem que se crê competitivo, documentado e globalizado supõe que, por intermédio do diploma (e não necessariamente do conhecimento aportado pelo título), acessa os postos do flutuante mercado de trabalho: estágio final de sua pseudo evolução como sujeito social-produtivo. Na realidade, vende sua força de trabalho[i] em prol do firme desejo de mando, a exercer no futuro mais próximo possível.

Dois "Progressos"

A noção de progresso à luz da psicanálise, de Herbert Marcuse, chegou ao Brasil exatos trinta e três anos após a sua apresentação ao público, em Frankfurt, no ano de 1968. A releitura desse texto, hoje, aponta de modo preciso para a contraposição – ainda mais evidenciada - entre os conceitos de "progresso quantitativo" *versus* "progresso qualitativo", nos termos do pensador. O primeiro, a orientar-se linear e verticalmente; o segundo, horizontalmente. Um a primar pela noção das conquistas no âmbito técnico; outro, pautado pelo efetivo diálogo entre os homens, em busca de sua efetiva harmonia com os demais.

Dito isto, há que se considerar o caráter notoriamente didático do texto - na verdade, a transcrição de uma breve conferência proferida pelo sociólogo, em seu regresso a Alemanha, após décadas no exterior. Talvez por essa razão, sua fala possa constituir uma acessível porta de entrada

para o próprio pensamento marcuseano e, como extensão, para os estudos da Escola de Frankfurt, especialmente aqueles deixados por autores que renovaram a visão social da psicanálise de Sigmund Freud.[ii]

Não seria necessário repisar o fato mais que simbólico da época em que foi publicado este notável capítulo do pensador alemão. Além do assassinato de John Kennedy e Marther Luther King (nos Estados Unidos), naquele ano o mundo contemplaria a marcha de centenas de milhares de estudantes e professores, em diversos países, a exemplo de Nanterre e Paris (França); da capital do México; de Praga (Thecoslováquia) e, é claro, de São Paulo e Rio de Janeiro, por aqui. Segundo o testemunho de Carlos Fuentes:

> Paris se transformou em um grande seminário público. Os franceses descobriram há anos que não digiram a palavra uns aos outros, e que tinham muito a se dizer. Sem televisão e sem gasolina, sem rádio e sem revistas ilustradas, deram-se conta de que as 'diversões' os tinham, realmente, distraído de todo contato humano real. (2008, p. 21)

Em âmbito mais específico, o ano de 1968 assinala a polarização das correntes em Sociologia perante a Europa acadêmica, que retomava a leitura atenta de Karl Marx. Absolutamente dividida pelas novas particularizações das hoje chamadas *soft sciences*, a academia também assistiu ao último curso que Theodor Adorno[iii] ministraria, também em Frankfurt, justamente um ano antes de seu falecimento. Seria ocioso recordar o papel de Adorno para a carreira do próprio Marcuse.

A conferência de Herbert Marcuse, em questão, serve como amostra de seu grande poder de síntese. Bastaria dizer, a esse respeito, que o breve texto retoma pelo menos duas grandes teses do pensador, apresentadas com fartura de exemplos em *Eros e Civililização* (1956) e *O homem unidimensional* (1964).

Ora, as atenções de Marcuse sempre se concentraram no contraditório, ambíguo, simplista e imediato desejo de domínio do homem sobre a natureza, por intermédio do crescente aparato tecnológico. O endeusamento do elemento técnico, panacéia do mundo pós-moderno, legou sequelas que confundiram os homens - mal equilibrados entre a racionalidade e a irracionalidade. Além disso, permitiu que se desnudassem as abissais diferenças entre a ótica positivista/operacional e a dialética/conceitual, também chamada negativa.

> (...) essa sociedade é irracional como um todo. Sua produtividade é destruidora do livre desenvolvimento das necessidades e faculdades humanas; sua paz, mantida pela constante ameaça de guerra; seu crescimento, dependente da repressão das possibilidades reais de amenizar a luta pela existência – individual, nacional e internacional. Essa representação, tão diferente daquela que caracterizou as etapas anteriores, menos desenvolvidas, de

> nossa sociedade, não opera, hoje, de uma posição de imaturidade natural e técnica, mas de força. (MARCUSE, 1973, p. 4)

Em suma, fiel aos pensadores que o haviam convidado, nos anos de 1940, a integrar o Instituto de Pesquisas Sociais (sediado, então, em Genebra), Herbert Marcuse passou a maior parte de sua vida demonstrando a vantagem do pensamento dialético sobre o empírico, bem como sua firme contraposição contra a lógica formal, instaurada pelos tradicionais pensadores de cunho racionalista e, depois, positivistas: René Descartes, no século XVII; Auguste Comte e Herbert Spencer, entre o século XVIII e o XIX.

Alinhado com a corrente crítica da Escola de Frankfurt, o fato é que Marcuse percebia uma radical alteração dos paradigmas filosóficos, sociais, científicos, tecnológicos, culturais e políticos em um breve lapso de tempo - e mais acelaradamente, com o advento das duas Grandes Guerras.

Daí a sensação de que a luta por alguma liberdade perdia espaço para o anestésico estágio de sub-consciência e letargia, concebido e gerenciado pelo mundo supostamente feliz do pós-guerra. Explica-se: um tanto apático quanto imobilizado pela esperança de paz e estabilidade, o homem vislumbrava a liberdade e a supremacia da técnica como contraposições máximas ao longo e sofrido estado de guerra. "Uma falta de liberdade confortável, suave, razoável e democrática prevalece na civilização industrial desenvolvida, um testemunho do progresso técnico." (MARCUSE, 1973, p. 23)

Simultaneamente, assistia-se à célere simplificação da linguagem em geral e, na ótica particular, a adaptação do indivíduo às novas e crescentes necessidades de consumo forjadas pela nova sociedade consumista[iv]. A perda do caráter multidimensional do homem e das coisas que percebia, ou com com que se relacionava, será uma das consequências, vigentes ainda mais nitidamente hoje, de um mundo que prima(va) pela racionalização - marcado mais pelo ritmo de produção e funcionamento do maquinário industrial e tecnológico que pelo bem-estar do próprio ser humano, confundindo com uma ferramenta.

> (...) o progresso técnico parece ser a pré-condição de todo progresso humanitário. A ascensão da humanidade a partir da escravidão e da miséria a uma liberdade cada vez maior pressupõe o progresso técnico, quer dizer um alto grau de domínio da natureza, o único que leva a riqueza social por meio da qual as necessidades humanas podem ser configuradas e satisfeitas de maneira cada vez mais humana. Por outro lado, não é de modo algum evidente que o progresso técnico leve automaticamente ao progresso humanitário - precisaríamos saber de que modo a riqueza social é repartida e a serviço de quem são empregados os crescentes conhecimentos e capacidades dos seres humanos. (MARCUSE, 2001, p. 100).

Algumas consequências decorrem, inevitáveis, vide a sobrevalorização da eficácia, no âmbito da comunicação (para ficarmos com um exemplo), em manifesto detrimento da qualidade expressiva.

Desse modo, o pensamento – que se deixava migrar do conceitual ao puramente operacional, contaminou o discurso até mesmo de alguns filósofos, que nos anos sessenta proclamavam "a modéstia e a ineficiência da Filosofia" (MARCUSE, 1973, p. 165). Vivia-se perante um mundo com sujeitos avessos à reflexão, que consideravam o pensamento por si como algo improdutivo, próximo da metafísica ociosa e, portanto, irracional.

De lá pra cá; de ontem para hoje, a simplificação generalizada dos conceitos parece remar com maior velocidade a favor do rebaixamento de diversas formas de conhecimento que primem pela ética, estética e qualidade das linguagens, pré-requisito do pensamento. Ora, "o que está em jogo não é a definição ou a dignidade da Filosofia; é, antes, a oportunidade de preservar e proteger o direito, a necessidade de pensar e falar em termos outros que não os do senso comum" (MARCUSE, 1973, p. 170)

Não será demasiado lembrar que a sociedade industrial (em oposição à pré-industrial e, portanto, "pré-tecnológica", nos termos marcuseanos) já se revelava fortemente marcada pela falta de liberdade; pela obsessão em nome da produtividade a todo instante; pela repleição crescente de "falsas necessidades" (para as quais seríamos pré-condicionados); pela substituição do racionalismo crítico pela técnica homogeneizante; pela capacidade de absorvermos as ideologias, ainda que para aplicá-las em sentido avesso; pelo predomínio do quesito operacional sobre o conceitual; pela consequente noção de que o progresso implicaria, num primeiro estágio, dominar a natureza (e o próprio homem, pressuposto e parte daquela); e, num segundo momento, as próprias técnicas que o escravizariam também intelectualmente.

Unidimensionalidade

Em termos gerais, pode-se afirmar que a cultura e suas manifestações tenderam a uma padronização crescente de conteúdo e forma, notadamente nos últimos cinquenta ou sessenta anos:

> (...) o grau com que essa civilização transforma o mundo objetivo numa extensão da mente e do corpo humanos tornam questionável a própria noção de alienação. As criaturas se reconhecem em suas mercadorias; encontram sua alma em seu automóvel, *hi-fi*, casa em patamares, utensílios de cozinha. (MARCUSE, 1973, p. 29).

A indistinção entre a cultura erudita e a popular, por exemplo, devia-se a uma causa mais ou menos evidente. Em um primeiro momento, a clara diferenciação entre uma e outra modalidades dizia respeito à natureza propriamente dita da arte, em seu contexto original de criação, e restrito

alcance do público aristocrático. Com o passar do tempo, devido às profundas mudanças de diversos aspectos, na sociedade, a arte se popularizou, mas a apreciação da cultura em si revelou-se como uma indistinção de gosto e apuro.

Primeiramente, a arte foi convertida em propriedade restrita a determinada elite cultural e financeira; depois, confundida com as demais manifestações culturais, por parte de uma relativa maior parcela social. Se por um lado, existe hoje uma maior probabilidade e alcance às artes eruditas, por parte do grande público, em contrapartida, o contexto de sua reprodução ou representação, em nosso tempo, não encontraria um espectador capaz de estabelecer o mesmo grau de distinção quanto à qualidade intrínseca, nem a conjuntura em que os artistas as conceberam, já que "voltando à vida como clássicos, eles voltam à vida diferentes de si mesmos; são privados de sua força antagônica, do alheamento que foi a própria dimensão de sua verdade." (MARCUSE, 1973, p. 76)

Naturalmente, seria leviano conjecturar a respeito das inegáveis distinções entre os diversos níveis de técnica, apuro e estética e motivações - subentendidos tanto nas artes quanto na linguagem, ciência e pensamento -, se não situados histórica e socialmente. A questão residual, no entanto, é que a indistinção de gosto por parte do público também é sintoma da padronização das coisas e homens, perante a sociedade.

Parece haver alguma relação entre a homogeneização[v] dos indivíduos e seu crescente apego ao progresso quantitativo, que a todos promete igualar quanto às supostas necessidades, "falsas" ou "básicas". Concepção, aliás, que também nivela – invariavelmente por baixo – a visão do mundo, bem como favorece uma percepção unidimensional. Não custa lembrar a máxima freudiana, adaptada por Marcuse de que "A civilização começa quando o objetivo primário – isto é, a satisfação integral de necessidades – é abandonado." (1969, p. 33)

O traço comum àqueles que prezam a qualidade das linguagens, da reflexão, da visão do mundo e dos seres, de uma maneira geral, aporta uma maior preocupação com as outras faces e formas do *progresso*. Este, visivelmente qualitativo, de caráter franco, solidário e tendência humanizadora, em contraposição ao progresso puramente linear e positivista - cujo sintoma é a desmedida crença de que o sucesso resida no acúmulo de posses (capital, bens, amores, sexo, itens de consumo), talvez como índice de segurança e distinção social (individuação).

Vive-se para trabalhar; trabalha-se para consumir. "Ao longo de toda a história documentada da civilização, a coação instintiva imposta pela escassez foi intensificada por coações impostas pela distribuição hierárquica da escassez e do trabalho" (MARCUSE, 1969, p. 54). Particularmente em nosso tempo, quando o consumismo parece imbricado em questionáveis critérios de *status* social,

com base no poder (só) aquisitivo, (man)ter um emprego é quase sempre mais relevante que qualquer outra ocupação, especialmente aquelas de cunho intelectual, ou qualquer atividade de caráter não-pragmático.

Em relação ao ensino formal, um mínimo espaço é reservado, nas instituições, para as pesquisas voluntárias e o aprimoramento do homem, e não de treinamentos limitados a suas funções, regidas pelo salário e carreira. Persistem termos específicos, regulamentos reguladores, procedimentos passo a passo e regimentos fortemente vincados pela estreita ótica da sociedade tecnocrática: "reciclagem", "atualização" e "incremento do currículo".

Substitui-se a hipótese humanista de que o homem jamais esteja acabado, do ponto de vista ontológico, pela rasteira concepção mercadológica de que são as necessidades do mercado que levariam o homem ao aprimoramento.[vi] Ora, o fato de se estudar para trabalhar implica que tampouco o estudo constitui material de reflexão por si mesmo; e nem o trabalho ganhe maior qualidade ou estatura, mediante o conhecimento. Não por acaso, o saber vem sendo sistematicamente desprezado em nossas sala de aula, quando não "serve" aos propósitos mais imediatistas.

Não custa resgatar a ideia de que "a felicidade não está no mero sentimento de satisfação, mas na realidade concreta de liberdade e satisfação. A felicidade envolve conhecimento: é a prerrogativa do *animal rationale*." (MARCUSE, 1969, p. 102). Ademais, nas palavras do próprio Freud: "A felicidade, no reduzido sentido em que a reconhecemos como possível, constitui um problema da economia da libido do indivíduo" (1997, p. 33)

O posto de trabalho não só acumula o papel de recompensa, na trajetória do ser humano, rumo à aposentadoria (no Brasil, cada vez mais distante, por sinal); mas troféu-fetiche, frente à *via crucis* em que se tornou o mais que competitivo, desigual e violento mercado de profissões. Por outro lado, é o trabalho de renda fixa que promete o sonho do poder aquisitivo e as múltiplas formas de ostentação. É como se - dessa forma - disfarçássemos o nosso quê de mercadoria-homem, em função dos bens que adquirimos quase *naturalmente* (para não dizer compulsória ou *automaticamente*).

> No processo de automação, o valor do produto social é determinado em grau cada vez mais diminuto pelo tempo de trabalho necessário para a sua produção. Consequentemente, a verdadeira necessidade social de mão-de-bra produtiva declima, e o vácuo tem de ser preenchido por atividades improdutivas. (MARCUSE, 1969, p. 21)

A manutenção histórica de nosso espírito concilitário, supostamente franco e pacífico, talvez sirva bem a disfarçar o fato de que mal se lida com nossa atitude refratária à toda forma de

especulação, a salvo a financeira. Será necessário contabilizar aqui os numersos problemas sociais mais óbvios, ilustrados pela absurda concentração de riqueza e a quantidade de miseráveis, a denunciar a falácia embutida nos programas sociais de revitalização urbana, por exemplo?

Reificação

Já que a comunicação em massa, a tecnologia e a informação emprestam seus nomes à *Era* iniciada nas últimas duas ou três décadas do século XX, é oportuno assinalar outro questionamento de Herbert Marcuse: "Que acontecerá se uma automação mais ou menos total determinar a organização da sociedade e se apoderar de todas as esferas da vida?" (2001, p. 116). Não já estaremos vivenciado esta realidade, suposta pelo pensador ainda em 1968?

A reificação[vii] dos homens praticamente não encontra obstáculos conceituais ou práticos, malgrado o discurso liberal vociferado em rasgado uníssono pelos próprios homens, que se dizem tão democráticos, atualizados e globalizados.

Um dos sintomas deste radical antagonismo entre racionalidade e irracionalidade - que, evidentemente, não se restringe ao plano das ideias -, reside na manipulação de atos e discursos: uns para validar o que lhes parece verdadeiro; outros, para transmitir uma verdade qualquer, ainda que inválida; os terceiros, para quem – em nome do lucro líquido e certo – o oportunismo é tanto ou mais relevante que a verdade ou a validade, em todas as relações desumanizadas.

Era de falácias tidas como convicções generalizadas. Há que nos precavermos contra a pobreza material; há que nos protegermos do outro, de preferência paranoicamente. Trata-se de algumas dentre as mais poderosas formas de ilusão voluntária em nome de uma pretensa estabilidade ou segurança pessoal. É sintomático de nosso tempo que os sistemas de alerta utilizados em casa, estabelecimentos e nas redes de computadores, prometam uma absoluta segurança contra a violação da suposta liberdade, (com)prometida pelo uso irrestrito (e indevido?) da rede de usuários físicos ou digitais. Na síntese de Freud, muito antes do advento da informática: "O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança." (1997, p. 72)

Ora, se o trabalho permite "comprar" alguma felicidade à vista, a crédito, ou em prestações, cumpre lembrar que "a repressão externa foi sempre apoiada pela repressão interna: o indivíduo escravizado introjeta seus senhores e suas ordens no próprio aparelho mental" (MARCUSE, 1969, p. 37). Paralelamente, sempre que o indivíduo julga ultrapassar, mediante um pensamento caracterizado pela qualidade, o sistema em que (sobre)vive - a esfera doméstica, a rua, o cinema, a viagem de fim-

de-semana, o ambiente corporativo - ilude-se duplamente, já que "até as liberdades e fugas existentes se enquadram no todo organizado." (MARCUSE, 1973, p. 65)

Claro está que o ser humano tem agido, ao mesmo tempo, como sujeito e objeto dos fecundos rótulos que ele mesmo ora induz, ora refuta. Afinal, a nossa sede de classificar outros seres e coisas rende a firme sensação de que pertencemos a um grupo, clube, turma, bairro, crendice ou facção. Auto-rotulados e dispostos em série, agimos em acordo com estreitas convenções sociais, em defesa da falsa autonomia, que não exercitamos, e do senso crítico, que quase sempre evitamos. Afinal, a acomodação refuta a contraposição de ideias e toda forma de enfrentamento – ainda que reconhecidamente necessário.

Eis um dos sintomas mais evidentes da manutenção do Estado mínimo, que prima pela ordem e suposto bem-estar social, apesar da péssima qualidade de vida dos cidadãos; que chora, proclama e reclama sazonalmente pelos votos daqueles que mal governa, pois não os representa. Marilena Chaui sintetizou bem o problema embutido na história da política nacional:

> (...) os partidos políticos são associações de famílias rivais ou *clubs privés* das oligarquias regionais. Esses partidos arrebanham a classe média regional e nacional em torno do imaginário autoritário, isto é, da *ordem* (que na verdade nada mais é do que o ocultamento dos conflitos entre os poderes regionais e o poder central, e ocultamento dos conflitos gerados pela divisão social das classes sociais), e do imaginário providencialista, isto é, o *progresso*. (2010, p. 93). [*Grifos da autora*].

Nesses tempos de conhecimento *versus* informação, é contraditório que, especialmente por aqui, haja uma perversa síntese entre as estatísticas mais díspares. Vejam-se, por exemplo, os assustadores índices de aproveitamento de nossos alunos, nas provas internacionais de aferimento da aprendizagem (dentre os quais, o PISA[viii] parece ser o mais conhecido) a reforçar, ano a ano, a proporção inversa da exagerada quantidade (e falta de qualidade) de acessos diários à internet - ciberespaço da irreferencialidade e do fragmento.

Constata-se que muitos dentre os acordos, em caráter teoricamente coletivo, contam com uma poderosa aliada: a linguagem. Ao observador de nosso tempo, resta perguntar-se até que ponto o discurso que se (re) produz visa a externar uma convicção qualquer em nome da qualidade, por parte de uns; ou a contínua demagogia, exercitada cotidianamente pela maioria pós-civilizada. Retórica, de fato ou vazia, importa que é "a palavra que ordena e organiza, que induz as pessoas a fazerem as coisas, comprar e aceitar (...) [em] uma sintaxe na qual a estrutura da sentença é abreviada e condensada de tal modo que não é deixada tensão nenhuma." (MARCUSE, 1973, p. 94).

Muito mal sintonizado coletivamente, a maior parte de nosso efetivo não faz distinção entre humanizar e progredir. Antes, esmagar as cabeças e suprimir, a todo e qualquer custo, as diferenças sócio-econômicas, políticas e culturais, especialmente as mais francamente irreconciliáveis com o senso comum alastrado como moralismo neo-liberal.

No final do caminho que conduzirá uns poucos ao progresso material e positivista, bastará alegar que todos discursamos, pensamos, oramos e agimos em defesa da democracia, da fé e do livre-mercado. Enquanto isso, alarga-se o poder privado, ampliado para além da esfera pública e da coerência; combate-se um fundamentalismo com outro; pratica-se a ingerência, em nome da boa-vontade; fala-se em Deus, enquanto se confunde crença com caráter. De todo modo, a perversão é amplamente facilitada, mesmo porque quase nunca se parte em defesa do livre pensamento.

Em um país culturalmente periférico, como o nosso – a despeito do ufanismo pseudo histórico, que nos assola a intervalos mais ou menos regulares – basta de repetir chavões e ideias prontas e mal acabadas. Talvez ainda haja tempo de se vislumbrar o modo como certas reflexões a respeito de um progresso, outro, ajustam-se entre nós. Leiamos Marcuse.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. *Introdução à Sociologia*. Tradução: Wolfgang Leo Maar. São Paulo: Editora da UNESP, 2008. 358p.

CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010. 103p.

FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Tradução: José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997. 112p.

FUENTES, C. *Em 68: Paris, Praga e México*. Tradução: Ebréia de Castro Alves. Rio de Janeiro: Rocco, 2008. 159p.

INGENIEROS, J. *O homem medíocre*. Tradução: Terumi Bonet Villalba. Curitiba: Editora do Chain, s/d. 227p.

LEFEBVRE, H. *Posição: contra os tecnocratas*. Tradução: T. C. Netto. São Paulo: Editora Documentos, 1969. 203p.

MARCUSE, H. *Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. 4.ed. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969. 232p.

_____. *A ideologia da sociedade industrial: o homem unidimensional*. 4. ed. Tradução: Giasone Rebuá. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 238p.

_____. A noção de progresso à luz da psicanálise. In: _____. *Cultura e psicanálise*. Tradução: Isabel Loureiro. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 99-122.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 141p. [Tradução não disponível].

MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo – neurose (I)*. 4. ed. Tradução: Maura Ribeiro Sardinha. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977. 204p.

WILLIAMS, R. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. Tradução: Sandra Guardini Vasconcelos. São Paulo: Boitempo, 2007. 461p.

---

[i] Conforme Karl Marx: "A força de trabalho é, portanto, uma mercadoria, exatamente como o açúcar. A primeira mede-se com o relógio, a segunda com a balança." (2010, p. 34)

[ii] Vale lembrar que, embora não houvesse unanimidade entre os componentes do grupo do Instituto de Pesquisa Social, acerca da relevância do estudo da psicanálise, esta seria gradativamente considerada como um pressuposto para o estudo do homem como indivíduo em sociedade - e seu caráter eminentemente político, portanto.

[iii] Na aula ministrada em 21 de maio de 1968, Adorno dirigiu-se aos estudantes desta forma: "Antes de iniciar eu até gostaria de dizer que hoje minha disposição para ministrar aula é igual à da maioria dos senhores para assisti-la. Contudo, trata-se da minha obrigação e nesse sentido peço a sua paciência e compreensão para o caso de eu não ter o êxito esperado como considero ser minha obrigação. Isto é muito difícil na situação atual em que somos cercados por muitas preocupações." (ADORNO, 2008, p. 163). A disposição para lecionar bem como as "preocupações" a que ele se refere, dizem respeito a sua intensa participação do movimento, naqueles dias, incluindo a assinatura de um artigo em favor da mobilização dos estudantes, publicada no jornal *Frankfuter Rundschau*, em 17 de maio: dias antes, portanto, da aula em andamento.

[iv] "(...) quanto mais se compreende da sociedade, tanto mais difícil é tornar-se útil nesta sociedade", conforme Adorno (2008, p. 47)

[v] O termo, também empregado por Edgar Morin, pode ser bem ilustrado pela seguinte passagem: "O sincretismo tende a unificar numa certa medida os dois setores da cultura industrial: o setor da informação e o setor do romanesco. No setor da informação, é muito procurado o sensacionalismo." (1977, p. 36). Em termos mais amplos, poder-se-íam relembrar as palavras do pensador argentino Jose Ingenieros, que escreveu no início do século XX: "A sanção alheia é fácil para o que está de acordo com as rotinas tradicionalmente praticadas." (s/d, p. 18)

[vi] De acordo com Henri Lefebvre: "Os homens qualificados de tecnocratas passam por possuir importantes competências, bem como o dom da eficácia. Teriam o quase monopólio dessas duas coisas. Seriam ao mesmo tempo capazes de descobrir soluções técnicas que forneçam uma resposta aos problemas muito preciosos apresentados pela prática e capazes também de impor essas soluções (capazes de comandar)." (1969, p. 15)

[vii] Por "reificação", entende-se "em termos gerais, converter um processo humano em uma coisa objetiva."(WILLIAMS, 2007, p. 53).

[viii] Esses e outros dados sobre o PISA podem ser conferidos no site: http://www.pisa.oecd.org/pages/0,2987,en_32252351_32235731_1_1_1_1_1,00.html – Acesso em 28 de outubro de 2012.